



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho**  
**Terceira Câmara Criminal**

313  
J

**RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 0196443-8**

**COMARCA** : Recife – 4ª Vara do Tribunal do Júri  
**RECORRENTE** : Giuseppe Amaral Carvalho 006  
**RECORRIDO** : Ministério Público do Estado de Pernambuco  
**RELATOR** : Des. Nivaldo Mulatinho Filho  
**PROCURADORA** : Drª. Christiane Roberta Gomes de Farias Santos

**EMENTA:** PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. HOMICÍDIO QUALIFICADO PELA SURPRESA. RÉU PRONUNCIADO. DESFUNDAMENTAÇÃO DA PRONÚNCIA RELATIVA À MANUTENÇÃO DA QUALIFICADORA. INOCORRÊNCIA. EXCLUSÃO DA QUALIFICADORA. IMPOSSIBILIDADE.

I – Não se acolhe o argumento de desfundamentação da Decisão de Pronúncia no tocante à manutenção da qualificadora, pautado em confusão terminológica das expressões “surpresa” e “recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido”, eis que esta é gênero da qual aquela é espécie, tendo o Magistrado singular, ainda que sucintamente, fundamentado o *decisum*, ao reportar-se ao conjunto probatório, sem adentrar em análise aprofundada, por lhe ser vedado, ante a competência constitucional do Conselho de Sentença.

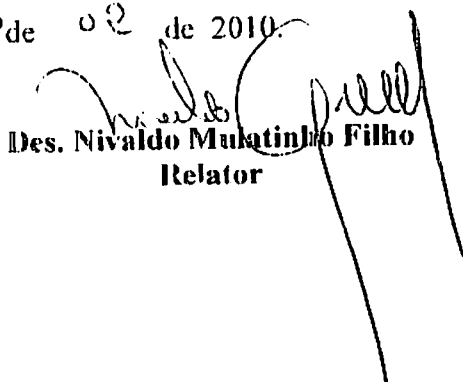
II – Não se revelando manifestamente improcedente a qualificadora mantida, não cabe a sua exclusão, devendo o réu ser levado a julgamento pelo Tribunal Popular, ao qual cabe apreciar se a qualificadora inexistiu, conforme pretendido pelo acusado, restando acertada a Decisão monocrática, a teor do Art. 413, § 1º, do CPP.

III – Recurso improvido. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso em Sentido Estrito nº 0196443-8, no qual figuram como partes as retronomiadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 03 de 02 de 2010.

  
Des. Nivaldo Mulatinho Filho  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal



RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 0196443-8

COMARCA : Recife – 4ª Vara do Tribunal do Júri  
RECORRENTE : Giuseppe Amaral Carvalho  
RECORRIDO : Ministério Público do Estado de Pernambuco  
RELATOR : Des. Nivaldo Mulatinho Filho  
PROCURADORA : Drª. Christiane Roberta Gomes de Farias Santos

007

**RELATÓRIO**

GIUSEPPE AMARAL CARVALHO, qualificado às fls. 02, codinome “Gil dos Tijolos”, foi denunciado como incurso nas penas do Art. 121, § 2º, incisos II e IV, do Código Penal (*homicídio biqualeficado*), por ter, no dia 14 de novembro de 1999, na Rua dos Tijolos, no bairro de Imbiribeira, nesta cidade do Recife, supostamente assassinado Antônio Azevedo Soares, consoante se depreende do Laudo Pericial Tanatoscópico de fls. 16/16v. e 149/149v.

A Denúncia foi recebida em 21/01/2008 (fls. 54/55).

Encerrada a Instrução Criminal (fls. 252/256) e apresentadas as Alegações Finais (fls. 257/257v.), o Juiz processante pronunciou o acusado, aos 17/06/2009, ocasião em que afastou a qualificadora do “motivo fútil”, mantendo a de “surpresa, recurso que impossibilitou a defesa da vítima”, conforme Decisão de fls. 259/263.

Irresignado, o acusado, com base no Art. 581, inciso IV, do CPP, interpôs recurso, com as respectivas razões (fls. 285/290), alegando que não houve a fundamentação idônea da qualificadora mantida pelo Magistrado singular, pelo que pleiteia anulação da Pronúncia. Alternativamente, argumenta que dita qualificadora é manifestamente improcedente, razão pela qual requer sua exclusão, com a consequente Pronúncia do Recorrente pelo homicídio simples.

O Ministério Público de 1º Grau ofertou as contrarrazões recursais, preconizando a manutenção da Decisão monocrática (fls. 291/294).

O Juízo *a quo*, na fase do Art. 589, do Código de Processo Penal, manteve a decisão recorrida, encaminhando os autos a este Sodalício (fls. 295).

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Drª. Christiane Roberta Gomes de Farias Santos, ofereceu Parecer, opinando pelo improvimento do recurso (fls. 303/306).

É o relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 25 de Janeiro de 2010.

Des. Nivaldo Mulatinho Filho  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal

008

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 0196443-8

COMARCA : Recife – 4ª Vara do Tribunal do Júri  
RECORRENTE : Giuseppe Amaral Carvalho  
RECORRIDO : Ministério Público do Estado de Pernambuco  
RELATOR : Des. Nivaldo Mulatinho Filho  
PROCURADORA : Drª. Christiane Roberta Gomes de Farias Santos

**VOTO**

Trata-se de Recurso em Sentido Estrito (fls. 282 e 285/290), onde o Recorrente, pronunciado nas penas do Art. 121, § 2º, inciso IV, do CP (*homicídio qualificado*), pugna pela anulação da Pronúncia (fls. 259/263), ante a desfundamentação da manutenção da qualificadora “*surpresa, recurso que impossibilitou a defesa da vítima*”. Alternativamente, pretende a exclusão da dita qualificadora, com a consequente Pronúncia do Recorrente pelo homicídio simples.

Em síntese, narra a Denúncia (fls. 02/05) que, no dia 14 de novembro de 1999, na Rua dos Tijolos, em via pública, no bairro da Imbiribeira, nesta cidade do Recife, o acusado **GIUSEPPE AMARAL CARVALHO**, codinome “**Gil dos Tijolos**”, desferiu disparos de arma de fogo contra a vítima **Antônio Azevedo Soares**, que não resistiu aos ferimentos vindo a falecer.

Relata a Preambular Ministerial que a vítima comemorava o dia dos Santos Cosme e Damião, participando de uma brincadeira de “quebra-panela”, quando, sem motivo aparente, foi alvejado pelo acusado.

É sabido que a Decisão de Pronúncia é mero juízo de admissibilidade para o julgamento pelo Tribunal do Júri, exigindo, apenas, a **prova da materialidade delitiva e indícios suficientes de autoria** (Art. 413, do CPP). Portanto, o Magistrado não pode retirar da apreciação do Conselho de Sentença o entendimento definitivo da conduta do denunciado, salvo se desclassificar a infração para competência de Juízo diverso (Art. 74, § 2º, do CP), impronunciar o acusado (Art. 414, do CPP) ou absolvê-lo sumariamente (Art. 415, do CPP).

No caso concreto presente, a **materialidade delitiva** restou comprovada através do Laudo Pericial Tanatoscópico de fls. 16/16v. e 149/149v. e da Certidão de Óbito de fls. 18.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal

315  
009

Quanto aos **indícios suficientes de autoria**, estes estão presentes na confissão do Recorrente (fls.255/256) e nos relatos testemunhais (fls. 252/254), não havendo, sob esse aspecto, nenhuma controvérsia.

Ao proferir a Decisão de Pronúncia (fls. 259/263), o Togado monocrático afastou o "*motivo fútil*" como qualificadora (inciso II, do § 2º, do Art. 121, do CP), pois a vítima teria supostamente agredido o acusado antes do crime. Todavia, no tocante à "*surpresa, recurso que impossibilitou a defesa da vítima*" (inciso IV, do § 2º, do Art. 121, do CP), entendeu de mantê-la, dado que um disparo teria sido efetuado nas costas da vítima.

O Juízo *a quo*, do mesmo modo que o fez para afastar a primeira qualificadora, reportou-se a depoimento testemunhal para manter a qualificadora ora hostilizada, acrescentando, porém, a menção ao Laudo Pericial Tanatoscópico.

Apenas duas testemunhas foram inquiridas, sendo uma arrolada pela Acusação e outra, pela Defesa.

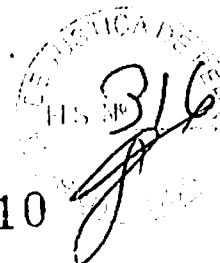
A testemunha **Luiz Carlos Ferreira da Silva**, do rol ministerial, que estava na ocasião do delito, afirmou judicialmente (fls. 252/252v.):

*"(...) que lá pelas tantas organizaram a brincadeira do quebra-panela; (...) que o acusado, a certa altura, começou a empurrar as crianças que iam quebrar a panela; que a vítima pediu ao acusado para parar de empurrar as crianças; que a vítima fez o pedido calmamente, sem nenhuma agressão; que o acusado afastou-se um pouco do local, ficando na calçada; que depois o acusado retornou ao local e voltou a empurrar as crianças; que a vítima não gostou da atitude do acusado e se aproximou do mesmo; que a vítima deu um soco no rosto do acusado; que o acusado chegou a ir ao solo em decorrência do soco; que muitas pessoas correram ao local; que o depoente e outras pessoas ajudaram o acusado a se levantar; que o acusado afastou-se um pouco do local e sacou uma arma que estava as suas costas; que o acusado, então chamou a vítima, que depois de dar o soco havia se afastado; que quando a vítima se aproximava o acusado efetuou disparos em direção da mesma; que não tem certeza, mas acha que foi de três a quatro tiros; que quando o acusado efetuou o primeiro disparo a vítima ainda estava de costas; que o depoente não tem certeza se esse primeiro disparo acertou a vítima; que pode informar que os outros disparos foram efetuados quando a vítima já estava de frente; que o último disparo atingiu a cabeça da vítima quando a mesma já estava no*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal

010



*chão; que depois o acusado pegou balas do bolso e recarregou a arma; que o acusado disse, então, mais ou menos o seguinte: "que todo mundo conhecia ele, quem desse na cara dele, morria"; que depois de dizer isso o acusado retirou-se". (sem grifos no original)*

A testemunha **Amauri Mota dos Santos**, apresentada pela Defesa, não se encontrava no momento em que os tiros foram disparados (fls. 254).

Consta no Laudo Pericial Tanatoscópico o seguinte histórico, relativo ao exame externo do cadáver da vítima (fls. 16v. e 149v.):

*"(...) Presença de ferimentos de características semelhantes às daquelas produzidas por entrada de projétil de arma de fogo, assim distribuídos: 02 em região occipital de forma ovalar, de 08mm no seu maior eixo; 01 em região escapular esquerdo e 01 em região dorsal com forma oval e 08mm de diâmetro no seu maior eixo".*

O Recorrente questionou o emprego simultâneo pelo Magistrado singular das expressões **"surpresa"** e **"recurso que impossibilitou a defesa da vítima"**, entendendo terem sentidos terminológicos diversos, o que resultaria na ausência da fundamentação do *decisum* de Pronúncia, eis que o Togado monocrático não teria delimitado em qual das duas o Recorrente teria incidido. Por fim, procura demonstrar a inexistência da **"surpresa"** sob o argumento de que a vítima teria agredido primeiramente o Recorrente, não podendo a reação deste ser tida como inesperada, razão pela qual pleiteia a exclusão da qualificadora, com a Pronúncia apenas pelo homicídio simples.

Não assiste razão ao Recorrente.

A **"surpresa"** como qualificadora consiste em outra hipótese de **"recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido"**, não se limitando taxativamente o rol do inciso IV, do § 2º, do Art. 121, do CP, às três modalidades relacionadas no início do dispositivo, a saber, **"traição, emboscada, dissimulação"**. Aliás, ao se referir a **"...ou a outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido..."**, revela-se exemplificativo. Assim, ditos conceitos não são inconciliáveis, mas complementares, sendo a **"surpresa"** espécie do gênero **"recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido"**, quando a conduta do agente infrator é inesperada.

Não há, portanto, a alegada desfundamentação da Pronúncia sob esse aspecto terminológico. Ademais, como visto, ainda que sucintamente, o



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal

3/7  
Jpt

011

Magistrado singular fundamentou a especificação da qualificadora que manteve, ao se referir ao conjunto probatório dos autos, sem adentrar em análise mais detida, o que compete ao Tribunal Popular. De modo semelhante excluiu a qualificadora de “**motivo fútil**”, não sendo, por essa razão, questionado pela Acusação, nem, obviamente, pela Defesa.

Aliás, consoante pacífico entendimento jurisprudencial, as qualificadoras somente podem ser excluídas na fase do *iudicium accusationis*, se manifestamente improcedentes, vedando-se ao Magistrado análise acurada da prova, sob pena de imiscuir-se na competência soberana do Conselho de Sentença.

No caso concreto presente, inexistiu prova segura, incontroversa, capaz de levar ao afastamento da qualificadora e, conseqüentemente, à desclassificação do delito para sua modalidade simples, pois, a Decisão de Pronúncia preencheu os requisitos previstos no Art. 413, §1º, do CPP.

Como bem assinalou a douta Procuradoria de Justiça (fls. 305/306):

*“(...) é cediça a orientação doutrinária e jurisprudencial de que nesta fase processual deve prevalecer o princípio in dubio pro societate, sendo defeso ao magistrado a análise aprofundada das provas, cabendo-lhe verificar a existência do crime e de indícios bastantes de autoria delitiva. Mormente porque, nos crimes dolosos contra a vida o juízo de certeza sobre a autoria é da competência exclusiva do Tribunal do Júri, por mandamento constitucional.*

*(...) A exclusão de circunstância qualificadora na fase de pronúncia exige prova incontestável de sua improcedência, porém, enfatize-se, essa situação não se apresenta delineada no caso em apreço. Caso existisse alguma dúvida quanto a inclusão da qualificadora, o que não é o caso, tal situação impediria a retirada da qualificadora, pois, ante a incerteza, não se pode subtrair a sua apreciação ao Tribunal do Júri, juiz natural, com competência outorgada pela Constituição Federal, para julgamento dos crimes dolosos contra a vida”.*

Nesse sentido, precedente do Supremo Tribunal Federal manifestou-se pela legalidade da Pronúncia, que aceita as qualificadoras, mesmo que fundamentada de forma sucinta, levando-as à apreciação do Tribunal Popular, para análise mais acurada do conjunto probatório.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal

318

É o caso dos autos.

012

Senão vejamos:

*"EMENTA: PENAL. PROCESSUAL PENAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. HOMICÍDIO QUALIFICADO E TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. ART. 408 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. NULIDADE. INOCORRÊNCIA. PRECEDENTES. DESCLASSIFICAÇÃO DO CRIME DE HOMICÍDIO TENTADO PARA LESÕES CORPORAIS. EXAME DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 279 DO STF. AGRAVO NÃO CONHECIDO NO PONTO. QUALIFICADORAS.*

*(...)*

*2. A sentença de pronúncia deve ater-se ao exame da materialidade e de indícios suficientes da autoria. A fundamentação exigida pela norma constitucional, neste caso, não deve adentrar demasiado ao exame dos elementos que instruem o processo, sob pena de incorrer-se em excesso de linguagem. Uma análise exauriente das provas poderia influenciar a decisão dos jurados oportunamente e prejudicar a ampla defesa. Precedentes.*

*(...)*

*4. O agravante pretende que no RE seja reconhecido o afastamento das qualificadoras, porque não houve sobre a manutenção de tais circunstâncias fundamentação adequada. Não há nulidade da sentença de pronúncia que, todavia, analisa de forma sucinta a manutenção de qualificadoras, remetendo ao Tribunal do Júri uma análise mais acurada do acervo probatório. Precedentes.*

*5. Agravo de Instrumento parcialmente conhecido e, nesta parte, improvido." (sem grifos no original) (AI 458072, Relator(a): Min. JOAQUIM BARBOSA, Segunda Turma, julgado em 15/04/2008, DJe-112 DIVULG 19-06-2008 PUBLIC 20-06-2008 EMENT VOL-02324-04 PP-00842).*

Vê-se, pois, ser inviável o provimento perseguido pelo Recorrente, ante a regra do atual Art. 413, do Código de Processo Penal, que evidencia o acerto da decisão recorrida, uma vez que ficou comprovada a materialidade e estão presentes elementos indiciários suficientes a respeito da autoria do crime e da qualificadora mantida pelo Juízo singular.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho**  
**Terceira Câmara Criminal**

013

319  
J

Assim, em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, **nego provimento ao recurso**, mantendo a Decisão de Pronúncia em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 03 de *de setembro* de 2010.

*Nivaldo Mulatinho Filho*  
**Des. Nivaldo Mulatinho Filho**  
Relator